



Data	Tema	Acontecimento
16/10	Inflação	INE divulgou Índice de Preços no Consumidor – Setembro 2006 Informação disponível em: http://www.ine.pt/prodserv/destaque/2006/d061016/d061016.pdf
17/10	IDE	GEE divulgou Síntese Estatística do Investimento Directo – 2º Trimestre 2006 Informação disponível em: http://www.gee.min-economia.pt/resources/docsestatisticas/IDE/IDE_Outubro_2006.pdf
18/10	Comércio Internacional	Eurostat divulgou Euro area external trade – Agosto 2006 Informação disponível em: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-CC-06-007/EN/KS-CC-06-007-EN.PDF
20/10	Trabalho	BCE divulgou Labour productivity developments in the euro area – Outubro 2006 Informação disponível em: http://www.ecb.int/pub/pdf/scpops/ecbocp53.pdf
23/10	Contas Públicas	Eurostat divulgou Euro area and EU25 government deficit – 2005 Informação disponível em: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/pls/portal/docs/PAGE/PGP_PRD_CAT_PREREL/PGE_CAT_PREREL_YEAR_2006/PGE_CAT_PREREL_YEAR_2006_MONTH_10/2-23102006-EN-API.PDF
25/10	Taxas de Juros	INE divulgou Taxas de Juro Implícitas no Crédito à Habitação – Setembro 2006 Informação disponível em: http://www.ine.pt/prodserv/destaque/2006/d061025/d061025.pdf

A educação e a instrução permanente desempenham um papel crítico no desenvolvimento das economias e das sociedades. O capital humano é um factor determinante para o desenvolvimento económico, com importantes consequências ao nível da produtividade.

No sentido de analisar a situação da **educação** nos países pertencentes à Organização Mundial para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), foi publicado recentemente o *Panorama da Educação 2006*, que fornece uma série de indicadores comparáveis e actualizados sobre o desempenho dos sistemas educativos dos trinta países da OCDE. Os indicadores permitem analisar um vasto conjunto de temas, entre os quais se destaca o nível de instrução, o financiamento público face ao privado, os gastos com a educação por nível de ensino e o funcionamento da educação e dos sistemas de aprendizagem.

No que respeita ao **nível de instrução**, cerca de 12% da população adulta dos Estados Unidos da América não ultrapassaram o nível básico de educação, em 2004. Considerando a União Europeia a quinze

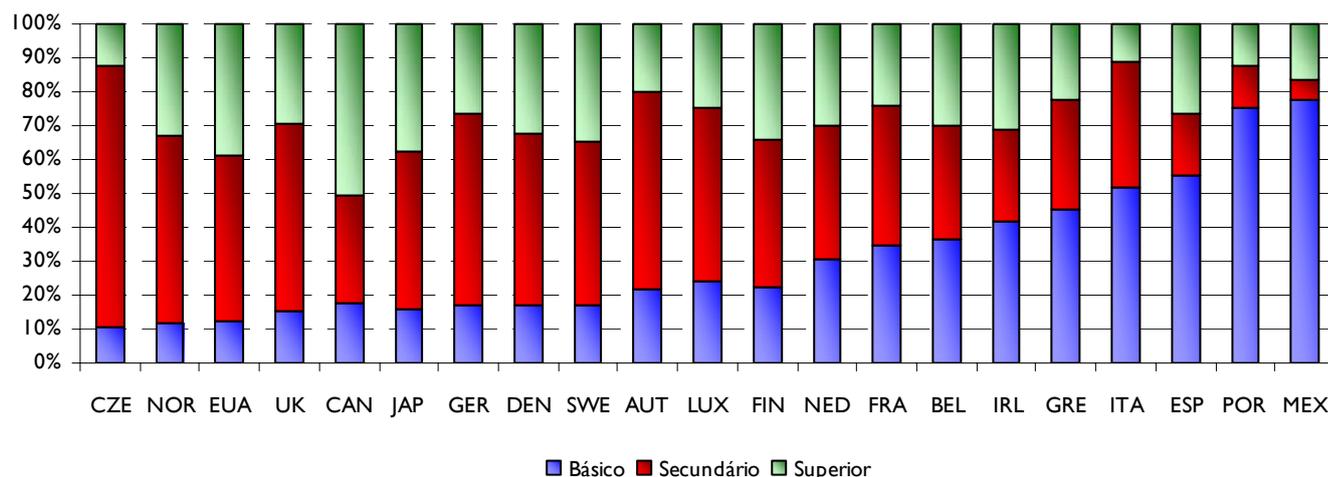


(UEI5), **Portugal** evidenciava, nesse ano, os mais baixos níveis de qualificação da população em termos relativos, com 75% da população a possuir habilitações até ao 3.º ciclo do ensino básico. A Espanha, país com a situação menos favorável depois de Portugal, contava com 55% da população com o mesmo nível de instrução. Entre os países analisados, apenas o México superava Portugal em termos de peso relativo da população adulta com baixos níveis de qualificação, onde quase 77% da população não tinha habilitações superiores ao 3.º ciclo do ensino básico.

Por outro lado, apenas 11% da população adulta da República Checa e da Noruega tinham níveis de escolaridade até ao terceiro ciclo do ensino básico, constituindo-se como os países da OCDE que têm, em termos relativos, menos população adulta com qualificações que não ultrapassam o 3.º nível do ensino básico.

Ao nível do **ensino superior**, 13% da população portuguesa possuía, em 2004, qualificações de nível universitário. Em contraste, no Canadá 45% possuía habilitações a este nível, nos EUA e no Japão, cerca de 39% e 38%, respectivamente. Na UEI5, os países escandinavos eram os que registavam maiores níveis de qualificação da população adulta, com a Suécia, a Finlândia e a Noruega a registarem respectivamente 35%, 34% e 32% de população adulta com habilitações de nível superior. O gráfico seguinte revela a situação habilitacional da população adulta em alguns países da OCDE.

Estrutura do nível habilitacional da população adulta em alguns países, em 2004



Fonte: OCDE

No que respeita ao **investimento realizado na educação** entre 1995 e 2003, os dados da OCDE dão conta de um aumento das despesas por estudante no ensino não superior em todos os países



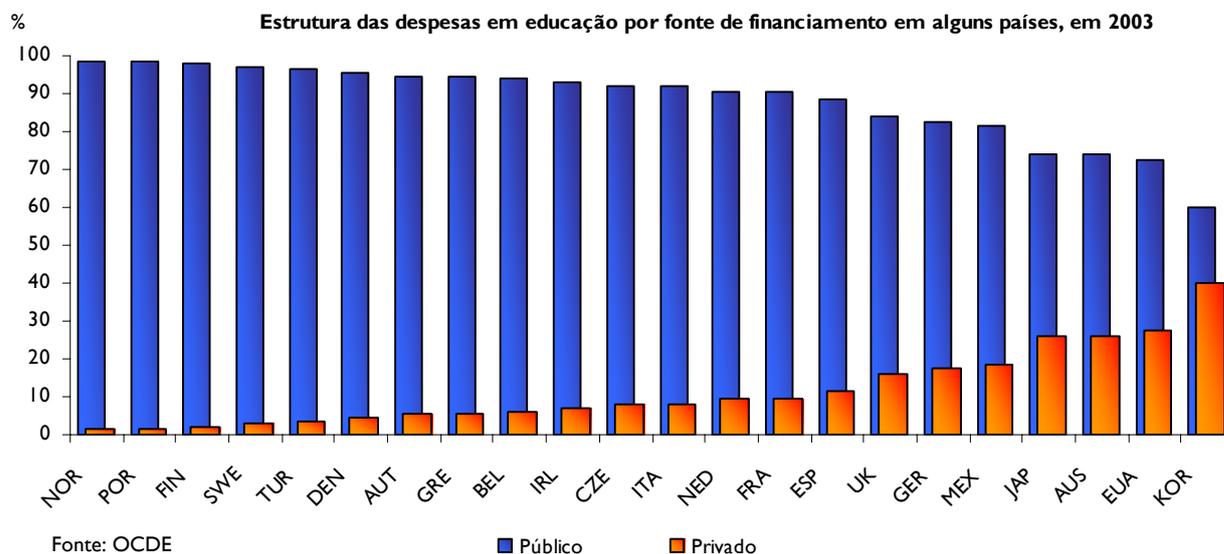
considerados. Durante o período considerado, **Portugal** aumentou as despesas em educação por estudante no ensino não superior em 66%, um acréscimo significativo se atendermos à evolução da média dos países da OCDE (33%). Os países com os maiores reforços nas despesas por estudante no ensino não superior, entre 1995 e 2003, foram a Polónia, que gastou mais 86%, seguida da Grécia (78%) e da Turquia (70%).

No ensino superior, as despesas por estudante cresceram de uma forma geral e, nalguns casos, o acréscimo nas despesas atingiu valores significativamente superiores, como foram os casos da Turquia (94%) e da Suíça (46%). Por seu turno, a Polónia e a República Checa foram os países que registaram as quebras mais significativas, atingindo os 37% e 26%, respectivamente. **Portugal** foi um dos países da OCDE que viu as despesas por estudante sofrer uma quebra, fixando-se, em 2003, 5% abaixo da despesa por estudante realizada em 1995. A análise dos países que reduziram as despesas por estudante ao nível do ensino superior permitem constatar que, na generalidade dos casos, o ritmo imposto pela expansão do número de estudantes não foi acompanhado por igual incremento nas despesas. No caso específico de Portugal, os alunos do ensino superior aumentaram 48% entre 1995 e 2003, enquanto as despesas registaram um acréscimo de apenas 40%.

No que respeita às **fontes de financiamento**, apesar das despesas em educação de natureza privada serem substanciais em algumas áreas científicas, os recursos consagrados à educação continuam dependentes, em larga medida, da afectação de recursos públicos.

Em 2003, os recursos públicos financiaram a maioria das despesas das instituições de ensino, com mais de 90% das despesas na maioria dos países analisados. De acordo com os dados divulgados, a educação em **Portugal** depende quase na totalidade do financiamento público (98,3%). Dos trinta países analisados, apenas a Noruega registou um nível de financiamento público superior ao português, com o Estado a contribuir com 98,4% da totalidade dos recursos financeiros afectos à educação.

No **ensino superior**, o financiamento privado foi mais significativo. Em 2003, o peso do financiamento proveniente do sector privado variou consideravelmente, de menos de 4% na Dinamarca, Finlândia, Grécia e Noruega, a mais de 50% na Austrália, Japão e EUA, e até mais de 75% na Coreia. Em **Portugal** o investimento privado no ensino superior teve um peso reduzido (8,5%), ainda que mais significativo neste nível do que nos restantes. O gráfico seguinte mostra o peso do investimento público e privado na educação em alguns países da OCDE.



No que concerne ao **emprego**, os dados da OCDE para 2004 reforçam o facto do investimento em educação trazer compensações. Com efeito, em todos os países considerados pela Organização no presente estudo, a taxa de desemprego é tanto menor quanto maior é o grau académico dos indivíduos. Em média, 10,4% das pessoas com menores qualificações (ao nível da instrução primária) encontravam-se desempregadas, em 2004. Por seu lado, apenas 3,8% dos indivíduos com qualificações de nível superior se encontravam sem emprego nesse ano.

Este Folheto Informativo também pode ser consultado em: <http://srpf.madinfo.pt/drpf/documentosInformativos.htm>

Sugestões e comentários: planeamento.drpf.srpf@gov-madeira.pt

Fonte: OCDE – Education at a Glance